

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

REGISTO BIBLIOGRÁFICO. ALBERTO SAMPAIO: ESTUDOS HISTÓRICOS E ECONÓMICOS.

MONTEIRO, Manuel

Ano: 1924 | Número: 34

Como citar este documento:

MONTEIRO, Manuel, Registo bibliográfico. Alberto Sampaio: Estudos Históricos e Económicos. *Revista de Guimarães*, 34 (1) Jan.-Mar. 1924, p. 75-82.

Casa de Sarmiento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães

E-mail: geral@csarmento.uminho.pt

URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

REGISTO BIBLIOGRÁFICO

Alberto Sampaio

Estudos Históricos e Económicos

Com prefácio do
Dr. Luís de Magalhães

2 volumes

1923
Livraria Chardron
de Lelo & Irmão, Limitada
Pôrto

De *O Primeiro de Janeiro* (28-5-1924):

«Pelos grandes editores Lelo & Irmão, a quem a alta intelectualidade portuguesa deve a sua maior expansão de publicidade, fôï, há poucos meses, editada, em dois volumes, a obra de Alberto Sampaio.

E' um serviço de assinalável importância prestado ao país, cuja iniciativa provém da devoção quasi filial do Dr. A. Leal Sampaio e de sua querida irmã pela memória ilustre de seu tio, um dos maiores espíritos da geração de Antero e Teófilo.

Disseminados, uns, em publicações periódicas, reservadas a um número restrito de leitores ou de difícil aquisição, esgotados, outros, mercê das limitadíssimas edições em que escassamente circularam, êsses trabalhos estavam condenados, não obstante o seu excepcional valor, a perder-se no esquecimento e, com êles, o nome do autor, o qual atingiu as raras eminências em que avultam os verdadeiros construtores da História.

De agradecer é, pois, a benemerência da recente edição que os tornou acessíveis ao grande público letrado, vingando ao mesmo tempo o ingrato descaso em que tem permanecido uma das mais nobres mentalidades do Portugal contemporâneo.

Não é para dizer aqui o que foi a insigne figura

de Alberto Sampaio, de quem é traçado, com arte, o retrato intelectual e moral, no prefácio aos *Estudos Históricos e Económicos*, pelo Dr. Luís de Magalhães, talvez o único sobrevivente das íntimas camaradagens literárias do notável historiador.

E' para acentuar, porém, que tanto a sua simplicidade de carácter como a sua desartificiosa modéstia o afastaram sempre do ruído turiferário e da vã gloriola da aura pública.

Além disso, é para registar ainda que, escrevendo, quer espontâneamente para satisfazer uma necessidade do seu espírito superior e muito culto, quer para atender a solicitações de vária ordem, Alberto Sampaio o fêz sempre no intuito de servir o país.

Foi êste constante objectivo duma tam elevada e rara isenção que o levou a aproximar-se do saudoso grupo da *Portugália*, dirigido por Ricardo Severo, em quem se aliam às invulgares qualidades do sábio as virtudes lídimas da Raça.

Uma estreita solidariedade de sentimentos e ideias o ligou a êsse forte núcleo de homens de saber que, por um esplêndido labor, tam desinteressado quam patriótico, organizava em bases científicas a orientação da consciência colectiva da nação.

Então, a instâncias de Rocha Peixoto, o malgrado etnógrafo e brilhante escritor que possuía ao mesmo tempo, como um apóstolo, o dom convincente e entusiástico do proselitismo, Alberto Sampaio completou e deu a feição integral e definitiva ao seu monumental trabalho *As Vilas do Norte de Portugal*, a que seguiu o das *Póvoas Marítimas*, em cujo remate a morte o veio colher.

Sem esquecer o alcance e a influência dos seus precedentes estudos económicos, elaborados com rigoroso método científico, as duas monografias aludidas constituem a parte capital da obra de Alberto Sampaio, em que se fixam e vinculam as tendências estruturais do seu espírito e os seus méritos de historiador insigne.

Estas monografias foram, de resto, a eclosão lógica das investigações de carácter económico.

Foi, com efeito, pelo inquérito à moderna vida moral que a sua erudição sugestivamente lhe revelou as profundas perspectivas do Passado.

*

Pelos alvares que precederam a luz da História, a raça ligúrica, na sua difusão pelo ocidente europeu, ocupou a Gália e o noroeste da península hispânica.

Segundo os dados arqueológicos, esta nossa remota ascendência étnica foi influenciada pela civilização que irradiara do mar Egeu — Creta — e, ao diante, de Micenas e cuja maravilhosa tradição luminosamente se perpetuou nos poemas homéricos.

A prova fundamental desta influência resulta da similitude das manifestações artísticas e da analogia estrutural e arquitectónica existente entre as povoações fortificadas que o povo ligúrico construiu em pontos estratégicas no alto dos montes — *citánias* e *castros* — e as *acrópoles* pre-homéricas.

Fora de cada um desses povoados, pelos planaltos imediatos ou pelas encostas e abas adjacentes, era agricultado, em comum, o terreno indispensável às escassas necessidades do agregado populoso.

A conquista romana veio, pois, encontrar êsse antepassado protoistórico, vivendo sob o régimen communalista de que restam ainda sobrevivências no macisso gereziano e no planalto de Barroso.

Submetidas essas populações aguerridas, após uma luta penosa para as armas do Império, foi organizado o *censo* e distribuído o imposto pelos chefes de cada *citânia*, aos quais foi, primeiro, atribuída a *posse* legal, e, mais tarde, reconhecido o *domínio* do território explorado pela colectividade.

Assim se transitou da apropriação colectiva do solo para a propriedade individual pela constituição das *vilas*.

A *vila* compunha-se, pois, duma das zonas em que tinha sido retalhado o território comum, perfeitamente diferenciada por limites e marcos, além de especificada pelo nome de chefe ou *dóminus*, o qual dirigia a colmeia humana que aí se abrigava, dividida em classes e subordinando-se a normas jurídicas sucessiva e oportunamente segregadas pela evolução do direito de Roma.

A fisionomia económico-jurídica da propriedade

rural assim constituída e compreendendo não só os edificios nobres e as construções rústicas de habitação e de fábrica agrícola, mas também as sub-unidades de cultura, era a mesma tanto no noroeste da península hispânica como nas outras províncias romanas.

Pela expansão demográfica e sob os influxos da romanização, enraizando mais e mais, desbravou-se a selva, desenvolveu-se a agricultura e multiplicaram-se as *vilas* que o cadastro imperial definitivamente registrou. No entanto, este organismo rural, uma vez criado, jamais se desmembrava. A sua integridade ou indivisão real não era incompatível com as exigências do direito sucessoral, as quais encontravam plena satisfação na partilha abstracta consagrada pela tradição e por fórmulas jurídicas, garantindo a cada um dos co-herdeiros a *ração* ou a *porção* que lhe cabia por sucessão testamentária ou legítima.

Foi assim que as *vilas* permaneceram e foi assim que as encontrou o bárbaro invasor do século V.

Este, de civilização inferior à do vencido, não tendo capacidade para modificar-lhes vantajosamente a estrutura tam complexa e ao mesmo tempo tam aperfeiçoada, respeitou-as, como no-lo atesta o Código Visigótico, adaptando-se ao seu funcionamento e delas auferindo todo o beneficio possível.

Novos séculos e, com elles, gerações sucessivas passaram, os velhos deuses morreram e as *vilas* ficaram, abrigando uma nova esperança religiosa que despontaria com viço no coração dos homens livres, dos adstritos e dos servos da gleba que enxameavam e labutavam em cada uma delas.

Sobre elas soprou o furor do tufão árabe, pelos começos da oitava centúria; mas, apesar da sua violência, nem as destruiu, nem as transformou.

A sua transformação aparece, todavia, com a *reconquista* saída das Astúrias.

Novos conceitos da soberania e do direito da guerra impuseram um novo conceito do domínio sobre o território tomado ao infiel, que ficava sendo a *presa* do rei e que este partilhava com os chefes das hostes ao seu serviço e com os mais valiosos combatentes desta cruzada.

Também o quinhão de Deus, em nome do qual

esta se fazia, não era esquecido por liberalidades em favor de igrejas e mosteiros que surgiam, pouco e pouco, do território conquistado, como padrões de fé atestando a expulsão do sarraceno e a vitória da causa santa.

Este sistema trouxe consigo o retalhamento da *vila*, cuja unidade multi-secular desapareceu, dando êste inevitável parcelamento, então, logar à aparição da pequena propriedade.

O vínculo de coesão dimanando do *paço*, ocupado pelo antigo *dóminus*, passou para o mosteiro ou para a igreja paroquial, onde residia, alfim, a preponderância moral que se impunha a todos os que usufruíam e ocupavam o território da antiga *vila* a que hoje corresponde a nossa *freguesia rural*.

Eis, em pálida e rápida síntese, o que é o estudo admirável de *As Vilas do Norte de Portugal*, que se baseia sôbre uma sólida erudição e principalmente sôbre a riquíssima documentação medieva dos *Portugaliæ Monumenta Historica*.

Seguro foi o critério e vigorosa a lucidez de interpretação com que Alberto Sampaio utilizou estes inestimáveis elementos de reconstituição das nossas origens históricas.

A luz viva que sôbre estas lançou, fazendo-as saír das trevas, dá ao seu trabalho uma tal precisão que não permite divagações como aquela que apaixonou inútilmente os sábios de além-Reno, durante um século, sôbre a pretensa filiação das *Corporações de Artes e Ofícios* na organização do trabalho na *vila*.

Esta monografia, dum excepcional relêvo na nossa apoucada bibliografia histórica, pelo sôpro intenso de revelação que a anima, pelas perspectivas que nos descobre sôbre as manifestações da vida social de outrora, interessa ainda e sobremaneira à etnologia e à etnografia lusitanas, sendo êste o motivo que condicionou a sua publicação na *Portugalia*.

E mal se supõe o encanto imprevisito que da sua leitura resulta para quem conheça a província de Entre Douro e Minho ao constatar de que horisontes milenários procedem a sua habitação, os seus costumes, o seu vocabulário e os seus trabalhos agrários.

As Póvoas Marítimas são a seqüência lógica de *As Vilas do Norte de Portugal*.

Com efeito este estudo memorável teve naquele o seu perfeito coroamento.

Feita a história da população que no norte português se vinculou ao trabalho agrícola da terra e seus derivados, impunha-se, por assim dizer, ao historiador o determinar a atracção e influência que sôbre ela exerceu o oceano e como, ao longo da costa, na expansão da sua actividade, se formaram as povoações que se deram ao trabalho do mar. Tal é o objectivo de *As Póvoas Marítimas*.

Este trabalho histórico, embora de menor latitude que o anterior, é por igual admirável, não obstante a escassez dos elementos de investigação e a consequente dificuldade em reconstituír as fases primordiais dum tal aspecto da vida do passado.

O espírito clarividente e o profundo saber de Alberto Sampaio triunfaram, porém, o melhor possível, dèste obstáculo desanimador. O eminente historiador conduz o leitor às épocas protoistóricas, embora se ignore qual o contrato que os habitantes das *cividades* e *castros* tiveram com a onda e encaminha-o depois pelos tempos dos dominios romano e visigótico, envolvidos também e por enquanto por um espesso véu de mistério.

A razão dèste facto reside na pilhagem dos piratas normandos, a partir dos meados do século IX, as quais foram continuadas, com requinte, no século XI, pelas *razzias* muçulmanas, tornando impossível a vida na costa, que ficou erma, com estas assolações repetidas sem cessar durante dois séculos e fazendo desaparecer tôda a documentação da vida das épocas anteriores.

Com efeito, depois da fuga e do abandôno vieram a ruína, o assoreamento e a desolação, que só cessaram com o desenvolvimento da navegação e do comércio marítimo, com o crescente movimento das armadas dos cruzados, com a iniciativa do grande arcebispo de Compostela, Gelmirez, e, enfim, com o feito épico da

tomada de Lisboa — o vasto reduto onde se acoitavam os bandidos e corsários sarracenos.

Com a segurança imediatamente renasceu a vida ao longo da orla marítima, para onde a população derivou, seguindo os cursos fluviais em cuja embocadura de comêço e de preferência se fixou, o que confirma o princípio da moderna ciência histórica das influências geográficas sôbre a formação dos agrupamentos humanos. Desde então para cá a elucidação histórica é perfeita e o leitor assiste ao nascimento e ao evolver das nossas vilas e cidades marítimas do norte do país e em especial do Pôrto — *Portucale locum* — surgindo embrionariamente do *castro novo* de Afonso III de Leão entre o nono e o décimo séculos.

Não vale a pena detalhar mais quanto às condições naturais e à concorrência dos factores étnicos estranhos que determinaram o carácter histórico desta nobre cidade de trabalho para pôr em evidência a importância de *As Póvoas Marítimas*. Estas acham-se esboçadas e em certo modo completadas num trabalho anterior de Alberto Sampaio, que se intitula *O Norte Marítimo*, porquanto nêle revela o quanto e como as províncias setentrionais de Portugal contribuíram em audácia, iniciativa, valor e saber para o que o dr. Luis de Magalhães proclama «o mais extraordinário monumento de Acção Heróica que ao homem foi dado erguer sôbre a terra».

Em íntima ligação com estes estudos cumpre assinalar ainda *Ontem e Hoje*, que é uma síntese admirável da nossa malfadada evolução económica.

E' um quadro magistral e sombrio que devia ser lido e maduramente meditado por todos nós, governantes e governados, afim de, pelas amargas lições do pretérito, evitarmos as tormentas e as misérias sinistras do futuro.

Para Alberto Sampaio o nosso mal vem do êrro sem nome, do desvio fatal que, ao fíndar a primeira dinastia, se deu na sensata e precavida administração afonsina.

Assim é, como o demonstrou mais tarde Basílio Teles, a propósito da questão agrária, nêsse livro eloqüente e raro, como afirmação mental, que é o *Problema Agrícola*.

O que fica exposto basta para dar um vislumbre da valia excepcional da obra de Alberto Sampaio, cuja leitura e cujo conhecimento se impõe a todos os que têm o amor do Passado, pois, como dizia Lemaitre: *Cet amour est une piété et une vertu. C'est le passé qui nous a faits: malheur á qui ne s'y intéresse point et honte á qui le méprise.*

Abril, 1924.

MANUEL MONTEIRO.»



Entra e conversemos, ó doce amiga. Nuvens de chuva teimosa sobrecenham o vencido e pálido sol de Maio. Uivam os sinos a defunto, entrecortando em soluços os repiques de missa, baçamente, na umbra nervosa desta manhã de domingo. Senta-te bem junto de mim e consente que, hoje, troque o amargo do teu nome simples e breve — tam grande como a humanidade — e meigamente te chame, apertando-te as mãos, «Tédio», pesado tédio mortal. Aqui me tens a receber-te na festa dos tristes, com as jarras cheias de rosas. Vê que lindo botão de oiro gemoso, em que os raios de púrpura subtilmente se adivinham, como as gotas pastosas de sangue por baixo da cutis da formosura. E a maravilhosa braçada de rosas vermelhas, de tantos vermelhos, do mais casto ao mais ardente. A alegre quermesse das rosas brancas em tufos odorantes... Até ao coração nos desce a magia do perfume, desatormentando-o ao de leve, em fuga espiritual, áqueles alvoroços da mocidade que não mais voltarão, quando todo o nosso pensamento era vasto jardim florido, e a nossa bôca, em segrêdo, beijava o mistério. Encosto-me ao teu seio e é dentro de ti, minha amiga, ó Dor tediosa, que eu sinto arquejar a minha revolta lassa, e deixo-me cerrar os olhos, à luz da tua simpatia dilacerante, como as crianças tímidas poisando-lhe nas pálpebras a vigia atenta da lamparina — assim custa